

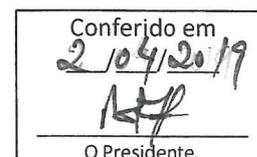
# Santa Casa da Misericórdia de Arganil



## Acta nº 1-2019-2022



## Reunião da Assembleia Geral



Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em sessão ordinária e em segunda convocatória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 24º do Compromisso, a Assembleia Geral da Misericórdia, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. Dr. Raul Martins, acompanhado pelo Vice-presidente, o Sr. Carlos Teixeira e o Secretário, o Sr. Silas das neves Correia.

Constituída a Mesa da Assembleia Geral, tomou a palavra o respetivo Presidente, Prof. Dr. Raul Martins, para apresentar a Ordem de trabalhos constante na Convocatória.

1. Conhecimento das atas das reuniões da Assembleia Geral de 28 de Novembro e 20 de Dezembro, ambas do ano de 2018;
2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2018, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;
3. Deliberação sobre proposta da Mesa Administrativa de atribuição do título de Benfeitor, nos termos do nº 2 da Clausula 5ª, ao cidadão Sr. Luís Martins, com respeito pelo nº 2 da Clausula 3ª, ambos do Capítulo II do Regulamento de Atribuição de Títulos, Condecorações e Votos;
4. Deliberação sobre ratificação da escritura de doação à Instituição do artigo n.º3665 da União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, registada na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o n.º706, sito na Freguesia de Alferrarede, concelho de Abrantes;
5. Informações e outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral.

Apresentados os pontos a discussão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Dr. Raul Martins, aproveitou a ocasião para salientar "a enorme honra e prestígio, mas ao mesmo tempo responsabilidade, ao presidir à primeira reunião magna da Misericórdia de Arganil", pelo que invocou a Senhora das Misericórdias para que ajudasse ao desenrolar dos trabalhos.

De seguida deu início aos trabalhos, seguindo a respetiva ordem de trabalhos já apresentada.

### **1. Conhecimento das atas das reuniões da Assembleia Geral de 28 de Novembro e 20 de Dezembro, ambas do ano de 2018;**

No âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral recordou que toda a documentação foi previamente disponibilizada a todos os irmãos, logo no dia da publicitação da convocatória, conforme o previsto no Compromisso da Instituição.

Essa documentação, reportada aos pontos 1,2,3 e 4, esteve acessível, quer na página/site da internet da Misericórdia, assim como em dossier elaborado para consulta na Instituição, sem esquecer que antes da

reunião a mesma foi previamente distribuída e objeto de leitura.

Nesse sentido, as atas das reuniões das Assembleias Gerais de 28 de Novembro e 20 de Dezembro, ambas de 2018, estiveram acessíveis à respetiva leitura por todos os interessados.

Uma vez que as mesmas foram aprovadas nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso da Misericórdia, a Assembleia foi interpelada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral sobre a existência de alguma questão relativa às mesmas.

Na sequência dessa interpelação não se registou qualquer pedido de esclarecimento ou intervenção, pelo que, o Presidente questionou a Assembleia se todos os presentes consideravam ter o adequado conhecimento das mesmas, tendo em vista o encerramento do primeiro ponto da ordem de trabalhos.

A Assembleia, por unanimidade, considerou ter tido o adequado conhecimento das mesmas, nada tendo a obstar ao respetivo conteúdo, firmando-se o voto de confiança, e em minuta, atribuído à Mesa da Assembleia Geral para aprovação das atas de 28 de Novembro e 20 de Dezembro, ambas de 2018.

## **2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2018, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;**

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Dr. Raúl Martins, referiu que “o ano transato foi bastante preenchido com diversas atividades, fruto do intenso dinamismo que é a imagem de marca desta Misericórdia.”

No entanto, não quis deixar de destacar o “espírito de diálogo” existente com a autarquia, no âmbito do Cineteatro Alves Coelho, o que “cria fundadas expectativas no seio da Santa Casa, de que o atual Presidente da Câmara Municipal, Luís Paulo Costa, encontrará uma solução para o emblemático edifício, face ao programa preliminar de recuperação já apresentado junto da Misericórdia, pela edilidade Camarária, e que a Mesa Administrativa teve já a oportunidade de aprovar, estando-se a aguardar resposta à proposta de acordo entregue pela Misericórdia sobre esta matéria”.

De acordo com o mesmo, “a bola está do lado de lá, e temos esperanças que terá o devido acolhimento e tratamento”.

Contudo, não deixou de registar que, “apesar da postura de diálogo nessa matéria, o mesmo não sucedeu com a área da ação social da autarquia, isto no que diz respeito ao CLDS 4G, apesar de, em tempo útil, a Instituição ter manifestado a disponibilidade para assumir a coordenação desse programa.”

Por ultimo, e apesar de salientar que a consideração seguinte será devidamente aprofundada pelo Sr. Provedor e Diretor Geral, não quis deixar de alertar para “as dificuldades que o Setor Social atravessa a nível nacional, face ao aumento de custos fixos, que não têm sido acompanhados pela atualização dos Acordos de Cooperação com o Setor Estado, acordos estes que, de acordo com alguns estudos nacionais, não chegam sequer a suportar 40% dos custos dos utentes nas diversas respostas sociais”.

Dada a palavra ao Sr. Provedor, prof. José Dias Coimbra, este aproveitou a ocasião para salientar que, “apesar de estarmos perante o momento de avaliação do ano transato, a preocupação é já o futuro e os projetos vindouros da Misericórdia”.

Neste particular, e depois de secundar as palavras do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, destacou “a importância da recuperação do antigo hospital Condessa das Canas, cumprindo-se dessa forma o contrato celebrado em 2010 com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), para a instalação de uma nova unidade de cuidados continuados integrados”.

Para tanto, deu nota da perspectiva de, em breve, “se liquidar o empréstimo contraído no passado para a construção do Hospital Dr. Fernando Vale, reunindo-se assim as condições para que se avance para a banca, tendo em vista o desenvolvimento do projeto de requalificação do antigo hospital concelhio”.

Salientou de igual modo, que a “recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas só será uma realidade se Arganil estiver reunida em redor deste projeto, face às mobilizações que, diariamente, assistimos em outros concelhos do Distrito de Coimbra, em prol de projetos similares, cabendo ao Estado honrar com os compromissos assinados com Arganil.”

O Provedor não quis deixar ainda, de realçar que “ na esfera do futuro espera-se a inauguração do largo da Memória na Mata das Misericórdias, destinado a reconhecer quatro figuras que muito fizeram por Arganil e que não podem ser votadas ao esquecimento, como foram o caso de Alice Jacob, Alberto Cruz Almeida, Francisco Castanheira de Carvalho e Romão Jorge”.

De seguida, foi solicitado ao Diretor Geral e Mesário da Misericórdia, Dr. Nuno Gomes, que procedesse à explanação e apresentação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018.

No uso da palavra, o Dr. Nuno Gomes, realçou que a documentação em apreço, tal como já havia dito o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, foi atempadamente disponibilizada para consulta, no entanto o conteúdo da mesma iria ser apresentado de forma minuciosa.

Feita aquela “nota de rodapé” deu-se início à apresentação do documento e que a seguir se explana, e dos quais se transcreverem excertos do próprio relatório, citado ao longo da apresentação.

De acordo com o Diretor Geral, a Misericórdia de Arganil conta hoje com a profícua e vetusta idade de **372 anos**, sendo um pilar da comunidade local, tendo acolhido no seu seio, ao longo dos tempos, inúmeros cidadãos em situação de necessidade, assim como assegurado o “sustento” de tantos e tantos Homens e Mulheres que trabalharam nesta CASA.

De igual modo, os seus dirigentes souberam, ao longo de séculos, ultrapassar as dificuldades e vicissitudes que foram surgindo, mantendo a Instituição no rumo do bem-fazer, sem receios e medo de pressões, fossem elas de natureza política, religiosa ou mesmo de índole pessoal.

Sendo uma Instituição de direito privado, foi-lhe reconhecido o Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, e conseqüente utilidade pública, conforme o determinado no Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/14 de 14 de Novembro.

Ao longo de 2018 serviu **mais de setecentos utentes (700) mensalmente**, distribuídos não só pelas suas respostas sociais, sejam elas da área da Segurança Social, ou da Saúde, mas de igual modo nos diversos projetos desenvolvidos.

Esta dimensão e amplitude na sua atuação é o reflexo do esforço realizado no apetrechamento profissional, com especial incidência ao nível dos seus recursos humanos, mas de igual modo espelha o crescimento na sua componente económico-financeira, traduzida num crescimento, ao nível das suas receitas, em mais de 60% no período compreendido entre 2005 e 2018.

A sua ação, apesar de incidir no território de Arganil, ultrapassa hoje, claramente, as suas fronteiras, através das atividades do Complexo Social, do Complexo de Saúde e do Complexo Desportivo e Cultural, cada um com as suas especificidades mas partilhando a mesma Missão.

Assim, e considerando os objetivos elencados previamente em sede de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano em análise, passaremos a avaliar da concretização das metas então

traçadas.



## COMPLEXO SOCIAL

No designado Complexo Social estão agregadas todas as respostas sociais e equipamentos cuja atuação está inserida no campo da Cooperação com o Setor Estado, especificamente associada à área do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, materializada através de acordos de cooperação estabelecidos com este Ministério, maioritariamente via Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra), o Instituto de Solidariedade Social (ISS,IP) ou o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP,IP).

Estamos a falar pois, das seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (sede e Secarias), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL).

De igual modo, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) estão associadas à organização do Complexo Social, apesar de resultarem de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil.

Também os projetos de intervenção comunitária, como são o caso da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC- FEAC), a par das Cantinas Sociais inseridas no Programa de Emergência Social (PES), assim como a Mata e os Jardins, estão afetos ao Complexo Social.

No campo das parcerias, como são os casos dos protocolos com as Instituições de Economia Social locais, ou a participação em estruturas de intervenção, designadamente o Conselho Local de Ação Social (CLAS), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Conselho Geral (CG), no âmbito do Agrupamento de Escolas de Arganil, sem esquecer a Loja Social onde a Misericórdia marca presença, a participação da Misericórdia encontra-se estruturada em redor do Complexo Social.

## Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia (CD) | Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Um dos pilares da intervenção da Misericórdia assenta no apoio à população mais envelhecida, desenvolvendo para o efeito as respostas sociais de ERPI, CD e SAD e que abrangem, em média, **mensalmente cerca de 246 pessoas**, isto apenas nas respostas sociais atrás identificadas.

Estas estruturas, dotadas de corpo técnico e pessoal auxiliar, partilham recursos e serviços comuns, nomeadamente cozinha, armazém, lavandaria e serviços administrativos, estando hoje em articulação com outras respostas sociais, nomeadamente do campo da saúde, com especial incidência as Unidades de Cuidados Continuados.

O paradigma da intervenção destas respostas sociais tende a ser reconfigurado, desde logo porque os mais velhos procuram a institucionalização permanente apenas na última etapa da vida, contribuindo dessa forma para a alteração do perfil dos utilizadores da resposta social de ERPI (lar), tendencialmente mais dependentes, e as respostas de SAD e CD têm que evoluir para um leque mais amplo de serviços prestados.

Por outro lado, problemáticas como as demências são cada vez mais crescentes e inevitáveis, sendo esta uma realidade incontornável no âmbito do apoio desenvolvido por estas repostas sociais.

## ❖ Remodelação / Requalificação espaços – Complexo Social



A remodelação e requalificação dos espaços afetos ao Complexo Social tem sido uma constante nos últimos anos, tendo em vista adequar as condições físicas do edificado existente às diversas problemáticas resultantes da alteração do perfil dos utilizadores integram o Complexo Social.

Estas intervenções têm sido realizadas de acordo com as disponibilidades financeiras da Instituição e, em determinadas situações, com o recurso aos meios internos existentes, nomeadamente no Departamento responsável pela manutenção.

No entanto, o ano de 2018 ficará marcado neste particular, pela conclusão das obras referentes ao espaço afetado pelo foco de incêndio de 2016, espaço este reaberto no final do primeiro trimestre do ano em análise.

Esta intervenção totalizou, ao longo de todo o período de execução e que se iniciou em finais de 2016 e foi concluída no primeiro trimestre de 2018, um montante de cento e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e oito euros, com IVA incluído (151.898,28€), sem recurso a qualquer subsídio ou apoio público.

De realçar que em 2017 foi recebida uma benemerência monetária a favor do funcionamento da Instituição (registada em 2017) e que contribuiu para que a Misericórdia pudesse alocar outras verbas aos trabalhos da dita remodelação.

Ainda no decurso de 2018 foram realizadas intervenções, priorizando as instalações sanitárias do Complexo (ERPI e CD), num total de trinta e nove mil, duzentos euros e dez cêntimos (39.200,10€), com IVA incluído, no âmbito de projeto destinado à melhoria das condições do espaço existente, conforme aprovação da Segurança Social. Contabilisticamente os trabalhos foram considerados em curso, na medida em que o parecer da Segurança Social apenas foi emitido em Dezembro de 2018.

## ❖ Obtenção de parecer favorável à definição de capacidades ERPI, e SAD

Ao longo dos últimos anos a questão da definição e revisão das capacidades das respostas sociais de ERPI-Lar de Idosos e SAD tem sido uma preocupação da Misericórdia, tanto mais que esta situação interfere diretamente com a capacidade de alargamento e revisão dos acordos de cooperação da Instituição nas respetivas valências.

No entanto, só em 2018 foi obtido parecer favorável às pretensões da Instituição, passando a estar claro em parecer da Unidade Técnica de Arquitetura e Engenharia – Núcleo de Apoio Técnico às Respostas Sociais, com despacho datado de 12 de Dezembro e rececionado em 17 do mesmo mês, que o edificado, recorde-se, datado de 1988, por isso com mais de 30 anos de existência, tem a capacidade de 120 em ERPI de 40 em SAD, mantendo-se a capacidade do Centro de Dia – Sede em 50 utentes.

Deste modo, e após vistoria às obras/melhorias realizadas de acordo com projeto aprovado por essa entidade do Ministério do Trabalho e Segurança Social, foi emitido parecer para as capacidades já atrás referidas.

## ❖ Realização de candidatura ao Portugal 2020

Tendo em vista a melhoria contínua dos espaços foi apresentada candidatura ao Portugal 2020 e destinada à obtenção de novos níveis de eficiência energética.

A candidatura em causa tem a designação de **Conforto, Energia e Sustentabilidade**, apresentando um montante global de quinhentos e cinquenta mil, setenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos (550.078,69€) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dos quais a comparticipação dos fundos



comunitários solicitada corresponde a 85%, ou seja, quatrocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e seis euros e oitenta e nove cêntimos (467.566,89€).



A Misericórdia, caso a mesma venha a ser aprovada, o que se desconhece na presente data, suportará 15% do investimento, neste caso oitenta e dois mil, quinhentos e onze euros e oitenta cêntimos (82.511,80€).

Associada a esta candidatura teve que ser desenvolvido o projeto respetivo, e após consulta ao mercado junto de três entidades, tendo cabido à empresa Central Projetos a elaboração do respetivo projeto de arquitetura no montante de dezanove mil e novecentos euros (19.900,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Ainda neste particular deve ser recordado que esta candidatura foi já refletida no orçamento para 2019 e aprovado na Assembleia Geral da Instituição em Novembro último.

### ❖ **Manutenção dos níveis de frequência nas respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário**

Cada vez mais o despovoamento dos territórios do interior condiciona a sustentabilidade das Instituições do Setor Solidário aí localizadas.

Arganil não tem escapado a esta realidade, pelo que, a diminuição de utentes, resultado também desse despovoamento, implica a revisão de estratégias no âmbito da intervenção social junto das comunidades.

Deste modo, a Misericórdia, ciente dessa realidade, para além da alteração do perfil dos cidadãos que recorrem às diferentes tipologias das respostas sociais, procurou, e procura, encontrar soluções que fossem, e sejam, capazes de fazer a diferença no leque da oferta existente no território.

Assim, é já dado adquirido no seio da Instituição que a prestação de cuidados de saúde, designadamente de enfermagem, é essencial para que as pessoas recorram à Misericórdia, encontrando nela um fator de segurança neste campo.

De igual modo, o desenvolvimento nos últimos anos de uma rede de transporte dos utentes tem permitido melhores respostas às necessidades dos utentes e uma diferenciação positiva na escolha dos serviços da Santa Casa.

Só dessa forma foi possível ter na resposta social de Centro de Dia (Sede e Secarias), em 31 de Dezembro, 48 utentes, tendo-se obtido um número médio de 49 Utentes ao longo do ano. De referir que em 2018 recorreram a esta resposta social 62 utentes.

De realçar ainda, que no caso da resposta social de Centro de Dia, só a junção e partilha de recursos pelos dois equipamentos de que a Misericórdia dispõe, Sede e Secarias, viabiliza a existência do segundo, razão pela qual se procura diluir o custo médio real do utente, por forma a tornar mais acessível o valor máximo das mensalidades a aplicar.

Quanto ao SAD, verificou-se que em 31 de dezembro a frequência foi de 25 utentes, sendo que o número médio ao longo do ano foi de beneficiários, a que correspondeu um total de 40 pessoas que recorreram a esta resposta social.

## **Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) | Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)**

No campo da Infância e Juventude a Misericórdia continuou a desenvolver as respostas sociais de Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), tendo como espaço privilegiado o Pavilhão D. Arminda Sanches que se encontra localizado no perímetro da Escola Básica de Arganil (EB1-Arganil).

Em relação ao CATL o público-alvo incide sobre as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, se bem que, a título excepcional, possa ocorrer o apoio a crianças com 5 e 13 anos, motivado por fatores de ordem social.

Ao longo de 2018, e com a ressalva que esta resposta se encontra em estreita articulação com a duração do ano letivo (2017/2018 e 2018/2019), o qual influencia e condiciona o funcionamento desta estrutura, a **frequência média foi de 58 crianças**, tendo sido dada resposta, ponderadas as entradas e saídas, a um total de 81 crianças nos doze meses.

Estes valores, consolidaram uma inversão da tendência de diminuição dos níveis de frequência verificados nos anos de 2015 e 2016, aspeto que poderá ser explicado, não só pela qualidade dos serviços prestados e manutenção de uma política de mensalidades consentânea com a realidade do território em termos de rendimentos, mas de igual modo devido a um movimento centrípeto da população em redor da sede do concelho.

Relativamente às AAAF estas funcionam no âmbito de protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Arganil, num período de 11 meses ao ano, **denotando a importância das parcerias entre entidades locais para rentabilizar recursos existentes no mesmo território.**

Sobre esta resposta a tendência manifestada foi no mesmo sentido do CATL, que, abrangendo as crianças inseridas no Pré-escolar, apresentou um número **médio de 37 crianças/ mês**, tendo contudo apoiado um total de 63 crianças, entre entradas e saídas.

#### ❖ **Manutenção Apoio Técnico – Terapia da Fala**

Uma das referências nas respostas direcionadas para a Infância e Juventude desenvolvidas pela Misericórdia, tem sido o apoio ao nível da Terapia da Fala, o que tem possibilitado uma intervenção precoce no despiste de algumas problemáticas associadas ao desenvolvimento da criança.

Assim, em 2018, esta componente técnica manteve-se ao dispor dos utentes de CATL e AAAF, em estreita articulação com as equipas do Agrupamento de Escolas de Arganil, designadamente os respetivos professoras das turmas, tendo sido acompanhadas 17 crianças.

Associada a esta disciplina estiveram também a Unidade de Medicina Física e Reabilitação da Misericórdia e a Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme.

Adiante, na secção da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR) poderemos ver em pormenor a intervenção desta disciplina.

### **Outras Ações**

Nesta secção estão integradas várias componentes que, pela sua natureza, e apesar de enquadradas na dinâmica do Complexo Social da Instituição, são transversais a toda a Misericórdia, nomeadamente as matérias da Cooperação com o Setor Estado e a formação e qualificação dos profissionais da Santa Casa.

#### ❖ **Compromisso de Cooperação**



Como foi referido na Súmula do presente relatório de Atividades e Contas o incremento do crescimento do Salário Mínimo Nacional (SMN) representou nos anos de 2017, 2018 e 2019, uma subida superior a 12%.

Ora este crescimento **não teve idêntica correlação da componente do Setor Estado**, cujas atualizações das comparticipações ficaram sempre bastante abaixo das taxas de atualização do SMN.

Deste modo, e apesar da atualização dos Acordos de Cooperação no âmbito da Segurança Social terem tido um crescimento de 2,2%, superior ao valor traçado em orçamento e cuja previsão foi de 1%, só o SMN em 2018 **teve um aumento de 4,1%**, passando de 557,00€ em 2017 para 580,00€ em 2018.

Como se pode verificar, a atualização dos acordos de cooperação ficou muito aquém do aumento do SMN, sabendo-se de antemão que a maior fatia do grupo de trabalhadores da Misericórdia está já enquadrada nos níveis do SMN e que, por isso mesmo, representa o maior peso nos custos com pessoal.

A acrescer a esta situação, não podemos deixar de frisar que, no campo da saúde, com especial incidência nos Cuidados Continuados Integrados, **a previsão estabelecida de 2,2%** na Adenda do Compromisso de Cooperação 2017-2018, celebrado com o Setor Estado, **não se veio a verificar**.

Aliás, neste particular, e apesar de uma estimativa orçamental realizada pela Misericórdia de atualização de, pelo menos, 1%, não se veio a verificar qualquer revisão em alta das comparticipações do Setor Estado, tendo a Instituição assumido por inteiro os custos daí resultantes (Inflação, atualização SMN, etc).

#### ❖ **Dinamização Formação / Qualificação**

No ano transato a Instituição incidiu a sua atuação no campo formativo na componente da Proteção de Dados, não só identificando o responsável pela implementação da política decorrente da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, como desenvolvendo, mediante contratação com empresa contratada para o efeito a respetiva formação.

Nesse sentido, foram realizadas distintas ações formativas sobre esta matéria, tendo em vista a implementação de um mecanismo de proteção dos dados pessoais, sejam eles dos utentes, colaboradores e irmãos da instituição.

Simultaneamente, outras ações formativas foram levadas a cabo, totalizando 1082 horas, a que corresponderam 219 participantes, sendo que 672 horas foram internas, abrangendo 192 trabalhadores.

#### ❖ **Recursos Humanos, monitorização da evolução e principais características**

Quanto aos recursos humanos da instituição, foi possível verificar que em 31 de Dezembro do ano transato estavam ao serviço da Misericórdia 144 trabalhadores, sendo destes um de natureza de contrato emprego inserção (CEI – Políticas de Emprego) e outro um estágio Profissional.

Quanto à distribuição por género 124 eram do género feminino e 20 do género masculino, associando-se ainda uma média de idades de 44 anos (44,17), o que revela o rejuvenescimento dos trabalhadores da Misericórdia, invertendo assim valores que no passado chegaram a atingir os 55 anos de média (2005-2006).

Outro aspeto importante na caracterização dos colaboradores da Instituição refere-se à área de residência, e neste particular podemos referir que 89% do n.º total (144) reside no concelho de Arganil, ou seja, 128 colaboradores, sendo que 60%, neste caso 86, residem na freguesia de Arganil. Existem

ainda, 2 colaboradores cuja área de residência se encontra no Distrito de Viseu e da Guarda.

Em suma, podemos frisar que a Misericórdia tem contribuído para a fixação de pessoas, nomeadamente jovens casais, sendo que a forma de apuramento de residência foi feita de acordo com o registo nas finanças, pelo que, o número de residentes no concelho é superior, pois alguns colaboradores optaram por manter a residência fiscal no concelho de origem.

## **Academia Condessa das Canas**

Como projeto cultural a Academia Condessa das Canas tem vindo a ganhar visibilidade localmente, à medida que o espaço que ocupa vai avançando na sua reabilitação.

A Escola do Paço Grande – Adões Bermudes, sempre foi um edifício icónico na memória de muitos arganilenses, desde logo porque nela várias gerações realizaram parte dos seus estudos, motivo pelo qual este espaço tem um significado profundo para o projeto cultural da Academia Condessa das Canas.

Assim, e para além do Orfeon Maestro Alves Coelho, primeira iniciativa da Academia, 2018 ficará marcado pelo arranque da Academia de Ballet, liderado por uma jovem arganilense e cuja apresentação pública no âmbito da Academia Condessa das Canas ocorreu no certame da Feira do Mont 'alto e Ficabeira.

De igual modo, o projeto do ensino do Inglês ganhou importância em 2018, através da possibilidade do arranque do ensino deste numa data que se perspectiva venha a ocorrer em 2019.

### **❖ Academia de Ballet**

A Academia de Ballet foi mais uma componente que veio a ser associada ao projeto da Academia Condessa das Canas, mobilizando hoje mais de 30 crianças que, todas as semanas, com especial incidência ao sábado, têm aulas desta disciplina.

Desse grupo de crianças e jovens, regista-se a presença de vários elementos de concelhos limítrofes, como Tábua e Oliveira do Hospital, o que diz bem do interesse desta componente para o projeto de revitalização do Paço Grande.

Perspetiva-se que a Academia de Ballet possa alargar a sua ação a mais dias da semana, com a consolidação de uma resposta também para adultos, nomeadamente os mais velhos.

### **❖ Orfeon Maestro Alves Coelho**

Relativamente a 2017, 2018 caracterizou-se por um crescimento das atuações do Orfeon Maestro Alves Coelho, tendo sido atingindo o dobro dos concertos antes realizados.

Assim, no ano em análise, foi atingido o número de 10 concertos, contra 5 realizados em 2017, motivado não só pela resposta a convites já antes endereçados, mas fruto do reforço da presença local em espetáculos.

Não pode deixar de ser dada nota de que a atuação do Orfeon está muito dependente da componente logística, que se traduz na concretização das deslocações do grupo e que tem sido suportada pela Misericórdia e pelos seus recursos humanos e materiais.

Quanto ao número de coralistas eles são 28, sendo que a média de elementos com que se apresenta aos concertos varia entre os 22 e os 25 elementos.

No entanto, a média de idades é de 57 anos, sendo que 68% dos elementos que atualmente compõem o



grupo de mais de 60 anos de idade.



## ❖ **Audições Conservatório de Música de Coimbra**

A vinda de um Pólo do Conservatório de Música de Coimbra para Arganil foi, sem dúvida alguma, um benefício para os jovens músicos do concelho, pelo que não poderia a Misericórdia, por intermédio do Maestro do Orfeon Maestro Alves Coelho, deixar de colaborar com esta iniciativa, nomeadamente acolhendo na Igreja da Misericórdia uma das audições abertas ao público verificada no passado dia 12 de Dezembro.

## **Mata e Jardins**

Com as alterações legislativas sobre a limpeza das zonas florestais, designadamente uma maior preocupação com as chamadas faixas de gestão de combustíveis, a Santa Casa redobrou a sua preocupação com a limpeza e manutenção dos espaços da Mata das Misericórdias.

Essa preocupação manifestou-se através, quer de um maior cuidado na definição e limpeza das linhas de proteção à Mata, com especial incidência junto às estradas, caminhos e espaços de maior proximidade a núcleos habitacionais, acautelando as distâncias de segurança previstas, mas de igual na continuação da reflorestação recorrendo a espécies autóctones e de folha caduca, nomeadamente o Carvalho Alvarinho.

Por outro lado, a valorização do espaço continuou a ser uma prioridade, abrindo-se a utilização do mesmo a diversos eventos e entidades como o caso da APPACDM, no âmbito das Jogolíadas, mas também a associação CUME que celebrou o seu aniversário neste espaço, ou mesmo o corta mato que, anualmente, o Agrupamento de Escolas de Arganil realiza e que junta número significativo de estudantes.

Também o encerramento da iniciativa desenvolvida pela associação Just a Change em colaboração com a SOS Arganil e a Misericórdia teve lugar na Mata das Misericórdias.

No entanto, a valorização do espaço não passou apenas pela limpeza e manutenção da Mata ou a realização e acolhimento de atividades de outras entidades, envolveu, de igual modo, a abertura do Largo dos Três Bispos, tendo como pano de fundo as celebrações do dia de Santa Isabel, Nossa Senhora da Visitação.

Nesse evento, destaque para a presença, para além de diversas Instituições congéneres, do Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos, assim como dos representantes do Secretariado Regional de Coimbra da UMP.

No âmbito desportivo, destaque para a solicitação da Mata para a passagem de uma etapa do evento “Desafios Picos do Açor” e que trouxe a Arganil elevado número de participantes das atividades desportivas na natureza.

Outra das iniciativas que a Mata das Misericórdias acolheu foi o dia do aluno promovido pela EPTOLIVA e que juntou naquele espaço mais de 200 jovens. Posteriormente a mesma entidade promoveu um dia de aulas ao ar livre neste espaço da Misericórdia de Arganil.

Por fim, relevo para o início do projeto no âmbito de investigação liderada pelo Prof. Joaquim Sande Silva do Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária - “Fogo e Invasoras”, tendo como epicentro o estudo da espécie *Acacia dealbata*, mais conhecida por mimosa.

## Colaborações Diversas e Parcerias

Como já vem sendo hábito, uma das estratégias de atuação da Misericórdia tem sido a de promover parcerias, quer sejam elas com organismos públicos quer privados, na medida em que se considera que numa Sociedade cada vez mais global torna-se imprescindível juntar sinergias na resolução das problemáticas sociais.

Assim, a Misericórdia manteve em 2018 o apoio ao **Secretariado Regional de Coimbra da UMP**, assumindo a assessoria técnica desta estrutura regional, ao mesmo tempo que foi interlocutora junto das Misericórdias na divulgação de projetos e iniciativas várias.

Neste contexto, participou nas reuniões da Comissão Distrital de Acompanhamento dos Protocolos (Segurança Social) e nas Plataformas Supraconcelhias.

Também com o Secretariado Nacional da UMP **esta colaboração tem sido uma constante**, o que tem valido à Misericórdia de Arganil um forte reconhecimento por parte das suas congéneres.

A este propósito deve ser destacado o convite dirigido pelo Presidente da União das Misericórdias Portuguesa, Dr. Manuel de Lemos, para que a Instituição, na pessoa do seu Diretor Geral, realizasse uma comunicação no âmbito das Jornadas Nacionais Sobre Cuidados Continuados e que tiveram lugar em Fátima nos dias 7 e 8 de Novembro.

### ❖ **Protocolos de Colaboração com Instituições da Economia Social**

#### ➤ **Associação SOS Arganil e Just a Change**

Outra das marcas que a Misericórdia tem imprimido na sua ação tem sido a celebração de diversos protocolos de colaboração com várias entidades, sendo que em 2018 o destaque foi para a parceria com a SOS Arganil, por meio da qual foi elaborado um plano de intervenção junto de famílias vulneráveis, tendo como enfoque a recuperação de habitações com o intuito de ser promovido o combate à exclusão social.

Por intermédio desse protocolo inicial foi possível uma colaboração com a associação *Just a Change*, colaboração esta que culminou na recuperação e entrega de 7 habitações e 4 anexos agrícolas, num investimento total de cento e catorze mil, quatrocentos e vinte euros e oitenta e três cêntimos (114.420,83€), valores suportado pela citada associação.

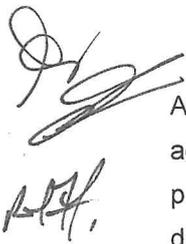
Coube à Misericórdia assegurar apoio logístico, ao nível do fornecimento de refeições nas freguesias de Secarias e Arganil, sendo que os beneficiários foram sinalizados no âmbito do funcionamento do projeto da RLIS e da articulação com autarquias e IPSS(s).

Foi pois, um momento marcante não só pela intervenção social realizada, mas também pelo facto de que a Misericórdia participou numa ação com significativa visibilidade na comunicação social, envolvendo 200 jovens voluntários que, nas suas férias, optaram por ajudar os outros.

#### ➤ **ADEPTOLIVA**

Outra das entidades com as quais a Misericórdia colaborou foi a escola profissional EPTOLIVA, propriedade da ADEPTOLIVA, neste caso através do desenvolvimento de formação modular vocacionada para os ativos.

### ❖ **Protocolos de Colaboração com as Casas do Povo da Cerdeira e Moura da Serra e S. Martinho da Cortiça**



A colaboração com as Casas do Povo da Cerdeira e Moura da Serra e S. Martinho da Cortiça não é de agora, já aquando do início do programa da RLIS estas foram duas entidades parceiras, pelo que, os protocolos em questão foram mantidos ou renovados, como foi o caso da Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça.

Em relação à parceria com a Cerdeira e Moura da Serra esta manteve-se **ao nível de cuidados de enfermagem**, com a deslocação de uma enfermeira da instituição (sextas-feiras) aos serviços da entidade parceira.

Relativamente à colaboração com a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça, esta incidiu ao nível da resposta social de CATL, através do desenvolvimento de diversas tarefas:

- Organização de processos individuais de utentes;
- Planificação de atividades anuais;
- Elaboração e envio dos mapas de frequência da segurança social;
- Promoção de reuniões de pais;
- Articulação com diversos serviços de forma a assegurar os procedimentos adequados ao bom funcionamento da IPSS;
- Realização de outras tarefas que se entenderam necessárias no âmbito da resposta social do Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL).

Esta colaboração foi efetuada de forma regular, **através da deslocação de um técnico da Misericórdia duas vezes por semana** (segundas-feiras no período da tarde e quintas-feiras no período da manhã), ou um dia inteiro, rentabilizando a deslocação da RLIS àquela freguesia, aproveitando-se os recursos existentes, nomeadamente transporte.

Ainda durante o mês de Agosto as crianças que frequentam o CATL da Casa do Povo usufruíram de refeições fornecidas pela Misericórdia.

## **Projetos de Intervenção Comunitária – Cantinas Sociais | RLIS | POAPMC | Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) | Conselho Local de Ação Social (CLAS) e Núcleo Local Inserção (NLI)**

À Semelhança de anos anteriores, a presença da Misericórdia na promoção de projetos de intervenção junto das comunidades tem sido uma preocupação premente, não só através da dinamização de projetos de intervenção para satisfação das necessidades básicas, como é o caso da alimentação, através das Cantinas Sociais e do POAPMC, mas de igual modo na disponibilização de recursos junto de entidades de apoio a crianças e jovens, como é o caso da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ).

### **❖ Cantinas Sociais**

Apesar deste projeto ter sido desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social numa ótica de transitoriedade, a verdade é que, apesar da redução gradual do número de refeições contratualizadas com o Estado, tem se mantido um número de cidadãos cuja situação de vulnerabilidade tem implicado a continuidade do projeto no território de Arganil.

Assim, em 2018, foram fornecidas 13947 refeições pelas Cantinas Sociais, abrangendo em média 20 beneficiários e outros tantos agregados familiares.

## ❖ Rede Local de Intervenção Social

A Rede Local de Intervenção Social (RLIS) foi um projeto piloto que assentou a sua atuação numa lógica de promoção da proximidade das respostas aos cidadãos, tendo por base as Instituições do Setor Social.

A Misericórdia foi uma das primeiras entidades a aderir e a desenvolver este projeto, que teve um impacto extremamente significativo no território de Arganil, traduzido numa resposta eficaz e eficiente na resolução das situações problemas, tendo uma rede de entidades parceiras que asseguravam um canal de comunicação e encaminhamento dos potenciais beneficiários.

Como se poderá verificar, os números contratualizados com a Segurança Social ao nível da intervenção foram suplantados, com o contributo dos diversos parceiros, mas acima de tudo com um trabalho realizado no terreno que privilegiou uma intervenção concertada e fazendo uso dos diversos recursos existentes na própria Misericórdia, nomeadamente ao nível das suas repostas sociais.

Deste modo, iniciado em 2015 a fase piloto, a partir de 2016, inclusive, passou a ter uma duração de 3 anos, terminando em Novembro de 2018. Este último período (2016-2018) abrangeu 2842 beneficiários, a que corresponderam 356 agregados familiares.

Ao longo do projeto foram colocados em funcionamento 9 gabinetes de atendimento ao público, distribuídos pelas localidades de Anseriz, Arganil, Barril do Alva, Cerdeira e Moura da Serra, Coja, S. Martinho da Cortiça e Sarzedo.

Esses espaços de atendimento foram protocolados com outras tantas entidades aí existentes, o que possibilitou uma estreita parceria e a conjugação de diferentes respostas dinamizadas pela Misericórdia, como por exemplo as Cantinas Sociais já atrás explanadas.

Por outro lado, o estabelecimento de uma rede de parcerias, traduzida na criação dos gabinetes de atendimento, assegurou, de igual modo, uma fonte de receitas para as entidades envolvidas que, dessa forma, mitigaram algumas dificuldades e constrangimentos inerentes ao funcionamento do Setor Social.

## ❖ Programa Operacional de Apoio Pessoas Mais Carenciadas (POAMPC)

Com início no final de 2017, o POAMPC veio reforçar o nível de responsabilidade da Misericórdia, na medida em que esta assumiu a coordenação deste projeto nas áreas geográficas de Arganil, Vila Nova de Poiares e Penacova, tendo sido distribuídas 42,50 toneladas de géneros alimentares, das quais 20,33 toneladas ficaram no território de Arganil.

Este projeto abrange um universo de 191 utentes, dos quais 91 estão alocados ao concelho de Arganil, tendo sido apoiados neste, 226 utentes, correspondendo a 76 agregados.

Quanto à lógica de atuação do projeto, este assenta a sua ação em duas componentes.

A primeira, através da entrega de géneros alimentares a grupos desfavorecidos e em situação de vulnerabilidade social. A segunda, por meio do desenvolvimento de ações de acompanhamento local, tendo em vista a adequada utilização dos géneros distribuídos.

Apesar de ser um projeto, cujos montantes do apoio público são irrisórios para a dimensão do trabalho realizado, este é uma mais valia nas repostas junto das comunidades, complementando o “cabaz” de várias famílias, cuja integração nas Cantinas Sociais já não é possível.

## ❖ Colaboração na CPCJ, NLI, CLAS e CLDS

Ao nível de entidades locais no âmbito da implementação de políticas públicas de intervenção social a Misericórdia manteve-se presente e ativa.

Neste caso, assegurou a disponibilização de recursos humanos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ), através de 3 técnicos, ao mesmo tempo que assumiu a representatividade das IPSSs nessa estrutura.

Por outro lado, não deixou de participar no Núcleo Local de Intervenção (NLI) que funciona no âmbito da medida do Rendimento Social de Inserção (RSI), embora, ao contrário de anos anteriores e sem que se perceba muito bem o motivo, tenha deixado de receber cidadãos para cumprimento das designadas Atividades Socialmente Úteis (ASU), apesar da manifestação de interesse junto da Segurança Social.

Curiosamente, os encaminhamentos dos cidadãos referentes à aplicação desta medida têm sido realizados para as autarquias locais, deixando de fora a Misericórdia.

Em relação ao Conselho Local de Ação Social (CLAS) a Instituição tem procurado manter o seu contributo, apesar das inúmeras dificuldades suscitadas pela exclusão irregular que, no passado recente, sucedeu do Núcleo Executivo.

Verificamos, com tristeza, que as prioridades elencadas não correspondem aos reais problemas dos cidadãos, nomeadamente junto da população mais envelhecida, dando origem ao desenho de projetos que em nada correspondem aquilo que, em nosso entender, deveriam ser as preocupações com as questões do envelhecimento e desertificação do território de Arganil.

Por último, a Misericórdia manteve a sua colaboração com o programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 3G (CLDS 3G) nas matérias que considerou pertinentes, tendo manifestado junto da Câmara Municipal o interesse em liderar a quarta geração deste programa que se prevê venha a ser implementado em 2019.

Contudo, e para espanto da Instituição, o pedido não teve o devido acolhimento, tendo sido a Misericórdia preterida, pelo que se perspetiva a manutenção da mesma linha de atuação, que consideramos, não corresponder às expectativas e problemáticas locais.

## **Dinamização de Atividades Lúdico-ocupacionais**

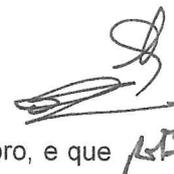
Como já se percebeu, a Misericórdia de Arganil desenvolveu inúmeras atividades ao longo do ano em análise, pelo que é, por vezes, difícil enquadrar cada uma delas, na medida em que muitas destas possuem uma transversalidade a várias respostas sociais, assim como mais do que uma área de atuação da Instituição.

Assim, não podemos deixar de referir que muitas das ações promovidas são dirigidas, ou pensadas, para possibilitarem a participação dos próprios utentes, e também colaboradores da Instituição, promovendo-se assim uma maior proximidade entre todos.

O conceito da “Família Misericórdia” como elo de ligação entre todos os que sentem a causa das Santas Casas é também importante e primordial para o desenvolvimento de serviços humanizados, bem como de afirmação junto de outras entidades da economia social.

Neste particular destacamos a presença na Feira das Freguesias de Arganil nos dias 8,9 e 10 de Junho, por intermédio do Centro de Dia das Secarias, sem esquecer a presença do tradicional certame da feira do Mont'Alto e Ficabeira que se realizou nos dias 6,7,8 e 9 de Setembro.

Outro momento importante, foi a participação da Instituição na Peregrinação Nacional a Fátima, numa



iniciativa promovida pela União das Misericórdias Portuguesas, realizada no dia 15 de Setembro, e que contou com Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

Ainda no registo das peregrinações, e como já vem sendo hábito, a Misericórdia marcou presença na Semana Santa de Braga, respondendo a convite da congénere respetiva e por isso participando na procissão “Ecce Hommo – Senhor da Cana Verde” que teve lugar no dia 29 de Março.

No entanto outras inúmeras atividades foram desenvolvidas, desde a participação em reuniões seminários, etc, para além daquelas que se destinaram, com especial incidência, aos utentes e que se encontram disponíveis em documento próprio.

## COMPLEXO DE SAÚDE

O Complexo de Saúde, tal como o nome sugere, encontra-se vocacionado para o desenvolvimento de respostas afetas à prestação de cuidados com predominância na órbita da saúde. Neste particular o Diretor geral deu nota da assinatura dos Contratos relativos ao funcionamento do Hospital Dr. Fernando Vale no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Estamos pois, a falar de equipamentos cujo funcionamento se encontra associado à celebração de contratos, acordos ou convenções, cuja comparticipação tem o predomínio do Ministério da Saúde, direta, ou por intermédio da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C).

Temos nesta situação o Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados Integrados e a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR).

De igual modo, outros projetos a desenvolver, como é o caso da remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas também estão enquadrados neste segmento de atuação da Instituição.

## Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados

Ao longo do ano transato a UCCI acolheu um total de **56 utentes**, dos quais 47 na tipologia de **Média Duração e Reabilitação (MDR)** e na tipologia de **Longa Duração e Manutenção (LDM)** 9, mantendo-se a prestação de cuidados aos utentes anteriormente admitidos.

Assim, durante o ano de 2018 a UCCI prestou apoio a **80 utentes**, dos quais **59 (74%) na tipologia de MDR e 21 (26%) em LDM**.

Nos cuidados prestados, durante o ano de 2018, comparativamente com os transatos anos, verificou-se um aumento significativo do número de homens apoiados, em sentido inverso ocorreu uma diminuição da percentagem de mulheres, em ambas as tipologias de internamento.

A análise percentual da faixa etária dos beneficiários da UCCI, permite-nos concluir que no último ano deparámo-nos com uma inversão etária dos utentes. Se até então estes cuidados eram prestados maioritariamente a idosos, entre os 80 e 90 anos, o ano de 2018 fica marcado pela prestação de cuidados a cidadãos com idade inferior a 65 anos, em ambas as tipologias de internamento.

As suas idades variam entre os 11 e os 96 em MDR e entre os 11 e os 94 anos em LDM, sendo a média de idades de 73 anos em MDR e de 71 anos em LDM. Quanto à naturalidade dos utentes apoiados, estes são provenientes, na sua totalidade da Região Centro do País, da sub-região Pinhal Interior Norte, sendo que 46% dos utentes de MDR são naturais do concelho de Arganil e em LDM 67%.



Foi também bastante significativa a quantidade de utentes apoiados em MDR, fora do distrito de Coimbra, nomeadamente, Aveiro, Castelo Branco e Fundão. Principal problema, afastamento geográfico de familiares e dificuldade de articulação com serviços locais.

A distribuição total da referenciação por entidade, demonstra que os Hospitais Centrais, mantêm-se como a entidade que mais encaminha os seus utentes para a tipologia de MDR 63%, com uma subida para 67% em LDM. De ressaltar o decréscimo progressivo de referenciações por parte dos Centros de Saúde Locais, comparativamente com os anos anteriores.

Relativamente à proveniência dos utentes apoiados, na Tipologias de MDR, 59% destes proveem diretamente dos Hospitais e 31% do Domicílio, acréscimo das proveniências do domicílio.

Quanto à LDM 57% destes proveem de outras UCCI's, 24% dos Hospitais.

Deparamo-nos com um grande número de utentes que nos chegam de outras unidades, transferidos por critério de preferência e aproximação geográfica à área de residência, mas também por transferência de tipologia de internamento.

No que se refere à taxa de ocupação em LDM, verificou-se um ligeiro aumento, atingindo em 2018 uma Média de 98,9%.

No que diz respeito à MDR, e apesar de apresentar uma taxa média de 95,1%, o mês de Outubro teve uma quebra, não conseguindo atingir os 85%, causando de imediato impacto na respetiva faturação nesse mesmo período.

## **Unidade de Medicina Física e de Reabilitação**

Volvidos dois anos e meio da integração desta componente na estrutura operacional da Misericórdia de Arganil, é possível reconhecer melhorias, não só ao nível dos serviços prestados, como de igual modo na dinâmica da sua equipa de profissionais.

Só assim é possível explicar o aumento da procura desta resposta social.

Podemos afirmar que o leque de oferta tem-se vindo a diversificar, contando hoje, para além das respostas já antes existentes na área da reabilitação, com o desenvolvimento das chamadas Classes de Manutenção que, três vezes por semana, juntam grupos de até 8 pessoas que, sob orientação de uma fisioterapeuta, realizam exercícios específicos para a melhoria das condições de mobilidade das pessoas.

Também a Terapia da Fala, especialmente direcionada para as crianças e jovens, tem vindo a ganhar protagonismo, beneficiando do recurso à Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme.

Neste particular, para além da intervenção realizada junto de 10 adultos (Arganil e Tábua), destaque para o apoio a 38 crianças, englobando o CATL e as AAAF, das quais 21 foram enquadradas na UMFR da Misericórdia de Arganil. Atente-se, no entanto à proveniência destas crianças que, para além de Arganil contempla crianças de Coimbra (Souselas), Oliveira do Hospital e Tábua.

## **Hospital Condessa das Canas**

O Hospital Condessa das Canas tem sido um projeto que tem vindo a ser adiado, não por falta de vontade da Misericórdia, **mas porque a ARS-C sempre se mostrou “titubeante” no desenvolvimento**



do projeto.

Não é menos verdade que o projeto está aprovado e contratualizado com o Setor Estado, pelo que, é um dos objetivos que a Instituição se propôs iniciar em 2019 (vide Plano de Atividades e Orçamento).

Ness sentido, a Instituição, em 2018, obteve autorização da Assembleia geral para contrair empréstimo de até dois milhões de euros e destinados à concretização da Obra, assim como autorização para contratualizar a venda da Quinta dos Bons Dias, esta destinada a antecipar o pagamento do empréstimo ainda existente na Caixa Geral de Depósitos e relativo à remodelação do Hospital Dr. Fernando Vale.

Em termos teóricos estarão reunidas as condições para que a Instituição avance, aguardando a comparticipação da ARS-C para mais tarde, e correspondendo ao montante de setecentos e vinte quatro mil, cento e um euros (724.101,00€), numa obra orçada em dois milhões, cento e oitenta e sete mil, seiscentos e seis euros e vinte e oito cêntimos (2.187.606,28€).

## **PATRIMÓNIO EDIFICADO, RELIGIOSO, CULTURAL E DESPORTIVO**

A Misericórdia possui hoje um vasto e diversificado património, face à realidade de outras Instituições de Economia Social locais.

Parte deste, será inclusive do desconhecimento de algumas entidades, as quais têm vindo a beneficiar dele, como é o caso do edifício da Casa do Povo de Arganil, sem que se tenham perguntado da respetiva legitimidade.

Foi por isso, que em 2018 a Mesa Administrativa à data em funções, deliberou dar inicio às diligências necessárias à clarificação desta matéria, e cujas démarches estão em movimento.

Por outro lado, não há dúvidas sobre a importância do património como fonte de receitas significativas para a Instituição, nomeadamente através das chamadas propriedade de investimento (PI), por meio das quais são obtidas rendas que contribuem para a sustentabilidade da Misericórdia.

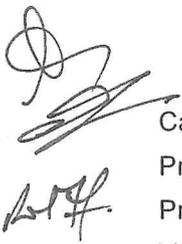
A Instituição, ao longo dos anos, tem recebido diversos imoveis, obrigando a uma adequada gestão dos mesmos, separando o que tem interesse na obtenção de receitas a médio, longo prazo, do que se traduz numa fonte de despesas.

É dessa gestão que tem resultado os recursos financeiros para a realização de investimento, e, de igual modo, suprimindo as dificuldades de tesouraria da Misericórdia, suscitadas pelo atraso na receção de verbas devidas, muito em particular pelo Setor Estado.

Consequentemente, a **atualização do inventário patrimonial, levantamento e elaboração de plantas do edificado, e inventariação** dos bens da Misericórdia, sem esquecer a regular reavaliação das designadas propriedades de Investimento (PI), ações que tiveram continuidade ao longo de 2018.

A título meramente exemplificativo, segue-se o património de maior relevo para a Instituição:

Quinta dos Bons-Dias (\*)  
Quinta do Moinho Velho (\*)  
Bairro da Quinta Nova  
Moradia da Alagoa (Arganil)  
Habitações da Amadora  
Casas nas Torrozelas  
Apartamento em Coja;  
Moradia em Vila Nova de Gaia;



Casa em Vale Matouco – S. Martinho da Cortiça (\*)

Prédio no Beato – Lisboa

Prédio na Rua Octaviana (\*)

Vários terrenos rústicos no Concelho de Arganil

**\* Imóveis com alienação autorizada pela Assembleia Geral**

Quanto ao património religioso, este é composto por diversos artefactos como são o caso das bandeiras processionais, a cruz da instituição e diversas relíquias, expostas no salão Nobre da Instituição.

Também a igreja, o seu órgão de tubos e a Via Sacra aí exposta, representam uma parte da história da Santa Casa e por isso são merecedores da atenção da Instituição.

No campo dos equipamentos desportivos, destaque para o **Complexo “Zé Miguel”**, a par do polidesportivo, no qual se enquadram as piscinas da Instituição, cuja utilização ocorreu na época de veraneio, servindo assim, quer a comunidade e visitantes, quer entidades parceiras.

Em 2018, destaque para a utilização da piscina pela Comunidade nos designados “Open Days”, em que estas foram abertas ao público, e sem que este tivesse qualquer encargo pela respetiva utilização.

Todos estes equipamentos servem os utentes da Misericórdia, mas de igual modo, dão resposta a algumas necessidades da comunidade arganilense, sendo facultada a sua utilização a diversas entidades parceiras, como são: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Agrupamento de Escolas de Arganil, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

Outros recursos como:

- Autocarro de 23 lugares
- Campo Dr. Eduardo Ralha
- Salão Nobre do Complexo Social;
- Pavilhão do Paço Grande
- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas

Estão também ao serviço da comunidade.

## **Feira do Mont'Alto**

Falar da Misericórdia será sempre falar da **Feira do Mont'Alto, na medida em que esta integra o património da Santa Casa, encontrando-se a sua organização cedida, temporariamente, mediante protocolo, à Câmara Municipal de Arganil, em troca de uma receita paga anualmente à instituição, correspondente aos valores apurados junto dos feirantes, restauração e divertimentos.**

No entanto, a Câmara Municipal, de forma abusiva, registou o espaço do Terrado da Feira, como sendo propriedade do Município de Arganil, e de domínio privado do Município, **sem que fosse devidamente acautelado o ónus que recai sobre o mesmo terreno, e que confere o direito à Misericórdia de usufruir dele nos dias do histórico certame.**

Em devida altura, foi solicitado junto da Câmara Municipal a correção à escritura justificativa, pois esta não acautelou a existência desse ónus nos dias já referidos, a favor desta Misericórdia, pedido este que

não mereceu o acolhimento devido, pelo então Presidente de Câmara, Eng. Ricardo Pereira Alves.

No decurso de 2018, foram já realizadas três reuniões de trabalho com o atual Presidente do executivo, Dr. Luís Paulo Costa, na expectativa de ser encontrada uma solução para este caso, e outros casos, aguardando-se com fundadas expectativas uma solução que acautele os interesses da Instituição.

## Cineteatro Alves Coelho

Passados que foram pouco mais de dois anos sobre a decisão do tribunal, na qual foi reconhecida razão dos argumentos da Misericórdia em relação à atuação da Câmara Municipal de Arganil relativa ao Cineteatro Alves Coelho, o ano de 2018 pareceu apresentar um virar de página sobre esta temática.

Nesse sentido, e após três reuniões realizadas com o atual Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa, parecem estar reunidas as condições para que seja celebrado um novo acordo com a Autarquia, visando a recuperação do emblemático edifício.

Com efeito, a Mesa Administrativa recebeu, no dia 1 de Outubro, proposta relativa ao Programa Preliminar de Intervenção no edifício, tendo a Mesa Administrativa aprovado, por unanimidade, a mesma.

Existindo concordância em relação ao Programa preliminar entregue pela Câmara Municipal, fica apenas pendente a resposta à proposta de acordo já entregue pela Misericórdia, em 18 de Junho de 2018.

A responsabilidade está agora nas mãos do executivo camarário, que se espera mantenha esta linha de aproximação e diálogo por meio do qual se aguardam os resultados que todos esperamos, **nada mais e nada menos que a recuperação do Cineteatro Alves Coelho.**

## ELEIÇÕES

Antes de ser abordada a componente das contas do exercício de 2018, não pode deixar de ser dada a devida relevância a um dos momentos mais importantes na vida de uma Instituição.

E esse momento é o exercício democrático do direito ao voto para a escolha dos representantes desta Misericórdia, por todos que, estando nas condições previstas no Compromisso desta Instituição, participaram na eleição dos novos Corpos Sociais para o quadriénio 2019-2022.

Uma eleição que contou com uma forte presença, em linha com as Assembleias Gerais da Misericórdia e que demonstram o interesse, o envolvimento dos Irmãos da Instituição e a sua dinâmica.

Apesar do presente Relatório de Atividades e Contas ser hoje apresentado por uma nova Mesa Administrativa, e alvo de parecer por um novo Conselho Fiscal /Definitório, **não podem deixar de ser dados os méritos aos responsáveis anteriores nas escolhas e opções realizadas, bem como nas decisões de gestão tomadas.**

Foi sempre assumido pela Instituição, o empenho em esta manter-se como uma estrutura capaz de mitigar situações problemáticas, com uma opção estratégica de participação em programas resultantes de políticas públicas de intervenção social, os quais sempre exigiram um esforço económico que, muitas das vezes, não apresentavam o melhor retorno para a Misericórdia.

Contudo, a comunidade estava e esteve em primeiro lugar.

De igual modo as comparticipações dos utentes e respetivas famílias, e a preocupação com o volume de emprego, entre tantos outros aspetos, resultaram sempre de uma sensibilidade que integra a natureza Cristã da Instituição, procurando acomodar as dificuldades do território onde a Misericórdia se insere.



## RESUMO DAS CONTAS

Não é fácil para qualquer Instituição cuja Missão passa por servir pessoas, cumprir esse desiderato sem que esteja devidamente capacitada para antecipar e reagir às dificuldades e constrangimentos resultantes do contexto em que se insere.

No entanto, a Missão de servir pessoas implica, não poucas vezes, **assumir estratégias que não são compatíveis com redução de custos muito específicos**, nomeadamente com os relacionados com os recursos humanos, ou mesmo com consumíveis ou produtos indispensáveis à concretização dessa Missão e à manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Existem pois, áreas cujas variações determinadas pelos mercados não são controláveis pela economia social, motivo pelo qual **o papel do Estado é determinante para assegurar alguma estabilidade** no funcionamento destas Instituições, através das chamadas políticas públicas de apoio a este Setor.

Nesse sentido, nunca será por demais recordar que algumas rúbricas de custos têm um maior impacto, sempre que não têm a devida correlação do lado das políticas públicas, e com medidas destinadas a minorar esse impacto resultante da variação de alguns indicadores associados à realidade económica do País.

A Misericórdia, enquanto entidade da Economia Social, cujos balanços são muito determinados pelos chamados custos fixos, tem sempre maior dificuldade em ajustar-se às oscilações públicas para o setor, ou mesmo fazer face a custos decorrentes das variáveis que estão diretamente relacionadas com a sua prestação de serviços.

Deste modo, é importante recordar que, e como já foi referido do início do presente Relatório, **a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN)**, cujo crescimento entre 2017 e 2019 foi de **12,5%**, **não teve a devida correlação no nível de participação do Setor Estado** no âmbito da cooperação. Neste caso, **a atualização dos Acordos de Cooperação**, entre 2017 e 2018, **não foi além de 4,3%**, sendo ainda uma incógnita a atualização para 2019, no âmbito da negociação do Compromisso de Cooperação entre Estado e entidades representativas de setor como é o caso da União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

Ainda no campo dos recursos humanos, e tendo em consideração que a atividade desenvolvida é intensiva, na medida em que implica a prestação de serviços de forma permanente em grande parte das respostas sociais, **os custos associados a trabalho em dia feriado, ou em regime de turnos, quando existe, são incontornáveis e inevitáveis**, o que aumenta o esforço da Instituição.

Não esquecer ainda, que no campo da saúde, outra das áreas chave da atuação desta e de outras Misericórdias, **não se verificou qualquer atualização aos níveis de participação do Estado**, embora essa estivesse prevista para 2018 num montante de 2,2% (RNCCI), mas que nunca veio a suceder, **somando-se assim aos atrasos nos pagamentos devidos à Instituição**.

Por outro lado, **a atualização dos níveis de participação dos utentes**, por regra, não **ultrapassou os níveis da Inflação**, concluindo-se pois que, são cada vez mais insuficiente as receitas geradas no âmbito desta atividade, face aos aumentos dos encargos.

Desconhecer esta realidade nacional, sejam entidades ligadas ao setor, sejam irmãos, ou associados de outras Instituições de Solidariedade, **é descuidar o futuro que por aí se avizinha**, caso não se verifique uma alteração ao nível das participações do Estado.

Na atualidade, os custos com o funcionamento das respostas sociais, em termos nacionais, tem um

contributo da cooperação com o Estado **que oscila entre 30% a 38%**, claramente insuficiente face aos parcos rendimentos dos cidadãos apoiados, nomeadamente no interior do país.

Vai valendo, a existência de património gerador de receitas, no caso da Misericórdia de Arganil e outras congéneres, mas cada vez mais insuficiente.

## Rendimentos

Em relação ao exercício de 2018, a Misericórdia registou um total de receitas de dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis euros e trinta e três cêntimos (2.954.266,33€), crescendo em relação ao valor inscrito em Orçamento mais 9,62%, ou seja, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e dois euros e trinta e três cêntimos (259.232,33€).

Para este crescimento contribuiu a conta 75, referente a Subsídios do Estado e outros Entes Públicos, nomeadamente por força da atualização dos Acordos de Cooperação das respostas do Complexo Social (ERPI, CD, SAD e CATL) em 2,2%, superior ao previsto que foi de 1%, assim como a manutenção, apesar da redução, face ao exercício de 2017, do Programa das Cantinas Sociais.

No entanto, e considerando o orçamento, o crescimento verificado na conta 75 foi de 1,26%.

Ainda no âmbito da mesma conta 75, e apesar da referência aos Acordos de Cooperação tipificados com o Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS), via Instituto da Segurança Social (ISS,IP), não podemos deixar de frisar **a não atualização no âmbito dos Cuidados Continuados Integrados e cujo Compromisso de Cooperação estabelecia também o valor de 2,2%**.

Ou seja, a Instituição **não recebeu**, por via dessa (não) atualização prevista para 2018, qualquer coisa como **catorze mil, cento e quarenta e oito euros (14.148,00€)**, correspondentes a 12 meses e tendo por base o recebido em 2018 neste âmbito (643.090,89€/utentes, ISS,IP/ARSC + 2,2%).

Este dado não deve ser escamoteado, na medida em que foi gerada uma expectativa que teve reflexo no conteúdo do documento que baliza as relações entre o Estado e o Setor Social, e nada levava a supor que não seria implementada, obrigando a Instituição a assumir na totalidade os respetivos custos.

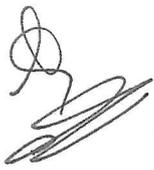
No âmbito da Prestação de Serviços, ou seja na conta 72, verificou-se que os rendimentos daí derivados, apesar de terem crescido em relação ao exercício de 2017, mais 4,98% (+49.151,29€), não tiveram idêntica performance relativamente ao orçamento para 2018.

Assim, a Instituição obteve menos setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos (78.853,65€), neste caso menos 7%, com especial incidência na resposta social de ERPI em que a receita obtida foi condicionada pela taxa de ocupação.

Quer isto dizer que a projeção realizada para esta valência contemplava 120 utentes, mas a taxa de frequência foi bastante inferior, tendo em Janeiro 106 utentes e em Dezembro 114, e isto por dois motivos.

O primeiro, pelo facto de que **as obras no âmbito da requalificação do espaço afetado em 2016 apenas foram concluídas no final de Março de 2018**, e o segundo, pela **emissão de parecer favorável da Segurança Social para a atualização das capacidades, apenas em Dezembro de 2018**.

Relativamente à conta 78, Outros Rendimentos e Ganhos, esta teve um crescimento, face ao orçamento, de mais 120,36%, neste particular, mais de trezentos e seis mil, quinhentos e noventa e quatro euros e doze cêntimos (306.594,12€), muito por força da subconta 787, Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros, destacando-se aqui o rendimento do património, quer as rendas e quer a



venda de dois imóveis, devidamente autorizados pela Assembleia Geral.



Neste particular, o Diretor Geral, deu nota e informação pormenorizada relativa às operações de venda dos imóveis sítos na Travessa de S. Gerónimo e na Rua da Medicina Veterinária, ambos em Lisboa, designadamente valores de avaliação, venda, Contratos Promessa de Compra e Venda e escrituras. Vendas estas previamente autorizadas pela Assembleia Geral.

## **Gastos**

Relativamente aos gastos verificados no exercício, estes atingiram o montante de dois milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos (2.853.556,66€), o que representou mais 5,89% face ao orçamentado e mais 3,47% quando comparado com o ano de 2017.

Da análise das diversas contas que compõem os gastos, verificamos que, com exceção dos custos com o pessoal, as diversas rúbricas não apresentaram oscilações significativas, face ao volume que a Instituição apresenta e, nalguns casos, verificou-se, inclusive, uma redução comparativamente com o inicialmente estimado em sede de Orçamento.

Assim, a conta 61, Custos de Mercadorias e Matérias Consumidas, onde se inclui os gastos com produtos destinados à confeção das refeições, entre outros, teve um decréscimo de 1,21%, a que correspondeu menos quatro mil, quinhentos e trinta e sete euros e setenta e oito cêntimos (4.537,78€).

De igual modo, a conta 69, Juros e Gastos Similares Suportados, apresentou um decréscimo de 13,18%, ou seja, menos cinco mil, oitocentos e treze euros e quarenta e um cêntimos (5.813,41€).

Em relação às contas 62, Fornecimento de Serviços Externos e 64, Amortizações, estas tiveram um impacto em linha com a variação expetável, entre 2% a 3,5%.

Com efeito, o aumento dos gastos assentou nas despesas com o pessoal, conforme já foi referido, que cresceu mais 8,33%, atingindo um acréscimo de cento e trinta e dois mil, cento e cinquenta e seis mil, setenta e dois cêntimos (132.156,72€).

Embora a evolução do volume de emprego, entre o exercício de 2017 e o exercício de 2018, não tenha sido significativa (2017 – 141/2018 – 143 \*inclui um CEI e EP), a justificação para este aumento passou, essencialmente, pela atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN), as reclassificações verificadas e decorrentes da aplicação do ACT e o pagamento de compensações pela saída de alguns colaboradores.

## **Resultado do Exercício**

Apresentados os rendimentos e os gastos da Instituição no final do exercício de 2018, importa referir, antes de ser dar nota dos resultados obtidos no campo económico, que o Balanço em 31 de Dezembro refletiu um incremento nas Propriedades de Investimento (PI).

Este, passou a ter um valor de três milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e seis euros e dez cêntimos (3.689.406,10€), resultante da reavaliação da propriedade conhecida por Quinta dos Bons Dias, assim como a inclusão de um imóvel em S. Martinho da Cortiça e de um outro, sito na Freguesia de Alfarreirede, concelho de Abrantes, realizado o abate das alienações concretizadas.

O total do Ativo da Instituição passou a ser de sete milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos (7.755.685,39€), o que representou um crescimento de mais 25%, enquanto o passivo totalizou dois milhões, trinta e dois mil, oitocentos e

quarenta e dois euros e vinte e dois cêntimos (2.032.842,22€), representando uma redução de 1,65%, face a período homólogo e muito devido ao pagamento de empréstimos realizados para concretizar investimentos, representando mais de 40% do total.

Quanto ao resultado operacional do exercício, e antes das amortizações (gastos de depreciações) e gastos com os financiamentos obtidos, foi de duzentos e treze mil, setecentos e setenta e oito euros e cinco cêntimos (213.778,05€) positivos.

Após as amortizações, que totalizaram setenta e quatro mil, oitocentos e três euros e setenta e sete cêntimos (74.803,77€) e os custos (juros) associados aos empréstimos obtidos que perfizeram trinta e oito mil, duzentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos (38.284,59€), os resultados passaram a ser de cem mil, setecentos e nove euros e sessenta e sete cêntimos (100.709,67€) positivos.

## **Investimentos**

No campo dos investimentos a Instituição procurou concretizar as metas a que se propôs, tendo realizado um total de um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, sessenta cinco euros e vinte e nove cêntimos (1.663.065,29€).

Assim, ao nível dos investimentos financeiros a Instituição apresentou quatro mil, duzentos e trinta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos (4.234,24€), correspondentes ao investimento na Caixa Económica Montepio, no valor de mil euros (1.000,00€), conforme deliberação da Assembleia Geral, sendo que a diferença para o valor total corresponde ao Fundo de Compensação dos Trabalhadores.

No que concerne às chamadas Propriedades de Investimento (PI), destaque para a reavaliação da Quinta dos Bons Dias que teve um reflexo de um milhão, setecentos e doze mil, quinhentos e quarenta euros e quarenta e três cêntimos (1.712.540,43€), descontado que foi o valor já existente registado na contabilidade, que, acrescido ao montante das doações de património no valor de trinta um mil, cento e oitenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos (31.186,49) e descontado o montante da saída do património por força das alienações realizadas em 2018, fez um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e seis euros e cinquenta e nove cêntimos (1.496.896,59€).

De realçar que o valor inscrito no quadro de investimento e referente à alienação, reportou ao imóvel sito na Travessa de S. Jerónimo, Lisboa, com o valor de cento e cinquenta e dois mil e seiscentos euros (152.600,00€), bem como ao imóvel sito na Rua da Escola Medicina Veterinária, Lisboa, com o valor de noventa e quatro mil, duzentos e trinta euros e trinta e três cêntimos (94.230,33€), correspondendo apenas aos valores contabilísticos.

No que se refere aos ativos intangíveis foi apresentando o montante de trinta e quatro mil, trinta e sete euros e dezoito cêntimos (34.037,18€), referente a projetos destinados à reabilitação da ERPI, no qual se inclui o projeto de suporte à candidatura ao Portugal 2020.

Por último, o montante de cento e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e sete euros e vinte e oito cêntimos (127.897,28€), reportou-se a obras realizadas e em curso, assim como ao equipamento da ERPI, sistema de aquecimento e outros.

## **ANÁLISE FACE AOS OBJECTIVOS DEFINIDOS**

Tendo em consideração as metas previamente traçadas para 2018 e confrontando com o presente

Relatório, poderemos afirmar, com clareza, que, apesar dos constrangimentos financeiros, a Misericórdia cumpriu os objetivos a que se propôs.

Na realidade, foi possível **reforçar as parcerias com o Setor Estado**, renovando ou celebrando Acordos de Cooperação, sendo que a requalificação dos espaços integrados no Complexo Social tem sido uma realidade factual.

De igual modo, ao longo do ano transato, procedeu-se à valorização da Mata das Misericórdias, com a sua constante limpeza e manutenção, sem descurar **a abertura de novos espaços de preservação da nossa memória coletiva**.

**A aposta na formação dos colaboradores** foi algo subjacente às preocupações da Instituição, reforçando essa componente com a **celebração de protocolos com entidades nesse sentido**.

Deram-se **passos decisivos na requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas**, após a aprovação de autorização para contração de empréstimo destinado a esse fim, assim como a aprovação da celebração de contrato destinado à venda da Quinta dos Bons Dias, que, indiretamente, contribuirá para esse desiderato, na medida em que permitirá reduzir os montantes atualmente em dívida para com a Banca.

Vimos com enorme expectativa e aprovámos a **proposta de programa destinado à requalificação do Cineteatro Alves Coelho**, considerando que se deram passos importantes nesse sentido junto do Município.

A Academia Condessa das Canas é cada vez mais uma realidade local no panorama da oferta cultural, com o **reforço da Academia de Ballet que veio juntar-se ao Orfeon Maestro Alves Coelho**, sem esquecer a continuação da melhoria dos respetivos espaços na escola Adães Bermudes.

O património continuou a ser valorizado, não só com **o aumento deste nos ativos da Instituição**, através da inclusão de novas propriedades ou reavaliação das mesmas, mas de igual modo a sua correta preservação e adequada administração.

Por último, e não menos importante, **a questão da sustentabilidade** foi uma tônica na ação da Instituição e sobre esta matéria importa referir que esta **não é apenas económica, é, cada vez mais, uma questão também de conceitos e estratégia**.

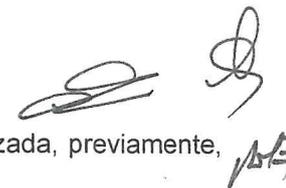
E sobre os conceitos e a estratégia, importa salientar que a Misericórdia de Arganil olha com atenção e apreensão para **questões como a descentralização de competências**, algo que poderá representar um risco, caso a questão da proximidade do setor solidário aos problemas sociais venha ser descurado ou mesmo desvalorizado.

Foi por isso, que a Instituição assumiu prioridades ao nível da aposta nas suas respostas sociais e em candidaturas destinadas à melhoria destas, mantendo uma **política ativa de parcerias locais, regionais e nacionais para que não seja “acantonada”** pelo desconhecimento desta realidade incontornável que é a Economia Social.

Terminada a apresentação do Relatório de Atividades e Contas referente ao Exercício de 2018, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Dr. Raúl Martins, colocou a discussão o referido documento, através da abertura do período de inscrição para participação dos irmãos.

Contudo, não se verificou qualquer inscrição, na medida em que os Irmãos presentes consideraram-se devidamente esclarecidos, pelo que, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou ao Presidente do Conselho Fiscal /Definitório, prof. Dr. António Pires de Carvalho, para que procedesse à leitura do

Parecer do respetivo órgão. Parecer este, que já integra a documentação disponibilizada, previamente, aos irmãos e que a seguir se dá por transcrito.



## PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

### Relatório de Atividades e Contas – Exercício 2018

Em obediência ao previsto nas alíneas a), b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 12 de Março de 2019, pelas dezoito horas, na sala de reuniões da Santa casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como primeiro ponto da sua ordem de trabalhos, analisar e emitir parecer sobre o relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2018.

Analisado e discutido o referido documento, bem como obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos que, em relação às atividades desenvolvidas, foi possível verificar a concretização, na generalidade, dos objetivos a que a Mesa se propôs atingir, nomeadamente:

Requalificação de espaços; Reforço das parcerias com Setor Estado e outras entidades do Setor Solidário; Promoção, preservação e valorização da Mata das Misericórdias; Formação interna / externa dos colaboradores; Procurar dar início trabalhos Remodelação Hospital Condessa das Canas; Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho; Manutenção de oferta Cultural e Artística; Promoção da Sustentabilidade da Misericórdia e Valorização do seu Património.

No campo da execução económico-financeira, o Conselho Fiscal constatou a manutenção das dificuldades de tesouraria, suscitadas, em grande medida, pelos **atrasos nos pagamentos devidos por entidades públicas, mas de igual modo pelos utentes**, factos que limitam a atuação da Instituição, exigindo um esforço permanente e suplementar para a concretização das suas metas.

De igual modo, a área da cooperação com a Segurança Social, deu nota de atrasos nos pagamentos, designadamente com a execução do programa das Cantinas Sociais, da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) e do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAMPC), neste último caso não tendo sido processadas as verbas referentes às ações de acompanhamento dos beneficiários.

Importa recordar, que a **atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN)**, cujo crescimento entre 2017 e 2019 foi de **12,5%**, **não teve igual correspondência no nível de comparticipação do Setor Estado** no âmbito da cooperação.

A **atualização dos Acordos de Cooperação**, entre 2017 e 2018, **não foi além de 4,3%**.

Não esquecer ainda, que no campo da saúde, outra das áreas chave da Misericórdia, **não se verificou qualquer atualização aos níveis de comparticipação do Estado**, embora essa estivesse prevista para 2018 num montante de 2,2% (RNCCI), mas que nunca veio a suceder, **contribuindo dessa forma para agravar a falta de liquidez da Instituição**.

Ou seja, a Instituição **não recebeu**, por via dessa (não) atualização prevista para 2018, qualquer coisa como **catorze mil, cento e quarenta e oito euros (14.148,00€)**, correspondentes a 12 meses e tendo por base o recebido em 2018 neste âmbito (643.090,89€/utentes, ISS,IP/ARSC + 2,2%).

Já em relação aos utentes, a **atualização dos níveis de comparticipação**, por regra, **não ultrapassou os níveis da Inflação**, concluindo-se pois que, são cada vez mais insuficiente as receitas geradas no âmbito desta atividade, face aos aumentos dos encargos.



No campo dos recursos humanos, e tendo em consideração que a atividade desenvolvida é intensiva, na medida em que implica a prestação de serviços de forma permanente em grande parte das respostas sociais, **os custos associados a trabalho em dia feriado, ou em regime de turnos, quando existe, sem esquecer a atualização do SMN e as reclassificações decorrentes do Acordo Coletivo das Misericórdias, são aspetos incontornáveis e inevitáveis**, o que aumenta o esforço da Instituição.

Na atualidade, os custos com o funcionamento das respostas sociais, em termos nacionais, tem um contributo da cooperação com o Estado **que oscila entre 30% a 38%**, claramente insuficiente face aos parcos rendimentos dos cidadãos apoiados, com especial incidência no interior do país.

Em relação ao exercício de 2018, a Misericórdia registou um total de receitas de dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis euros e trinta e três cêntimos (2.954.266,33€), crescendo em relação ao valor inscrito em Orçamento mais 9,62%, ou seja, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e dois euros e trinta e três cêntimos (259.232,33€).

Relativamente aos gastos verificados no exercício, estes atingiram o montante de dois milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos (2.853.556,66€), o que representou mais 5,89% face ao orçamentado e mais 3,47% quando comparado com o ano de 2017.

O Balanço em 31 de Dezembro refletiu um incremento de 68,27% nas Propriedades de Investimento (PI) que passou a ter um valor de três milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e seis euros e dez cêntimos (3.689.406,10€), com a reavaliação da propriedade conhecida por Quinta dos Bons Dias, assim como a inclusão de um imóvel em S. Martinho da Cortiça e de um outro sito na Freguesia de Alfarreirede, concelho de Abrantes.

O total do Ativo da Instituição passou a ser de sete milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos (7.755.685,39€), o que representou um crescimento de mais 25%, enquanto o passivo totalizou dois milhões e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois euros e vinte e dois cêntimos (2.032.842,22€), representando uma redução de 1,65% face a período homólogo.

Quanto ao resultado do exercício este foi positivo em cem mil, setecentos e nove euros e sessenta e sete cêntimos (100.709,67€).

O Conselho Fiscal | Definitório concluiu que a Mesa Administrativa executou as linhas gerais que se propôs concretizar para a Misericórdia, numa lógica cuidada de gestão dos seus recursos, sem descurar a sua componente social e com a convicção de defesa do seu património e das decisões da Assembleia Geral.

Deste modo, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, propondo ainda, um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido, quer à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e quer aos colaboradores que se empenharam nos resultados obtidos e na preparação da documentação de suporte.**

Arganil, 12 de Março de 2019

O Conselho Fiscal / Definitório

Apresentado e lido que foi o parecer do Conselho Fiscal / Definitório, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Dr. Raúl Martins, colocou a votação, e em minuta, o Relatório de Atividades e



Contas do Exercício de 2018, assim como o respetivo Parecer do Conselho Fiscal, no qual estava proposto um voto de louvor quer à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e quer aos colaboradores que se empenharam nos resultados obtidos e na preparação da documentação de suporte.

Da votação resultou a aprovação em minuta, por unanimidade e aclamação, dos documentos em apreço, bem como o voto de louvor nos termos propostos pelo Conselho Fiscal / Definitório.

**3. Deliberação sobre proposta da Mesa Administrativa de atribuição do título de Benfeitor, nos termos do nº 2 da Clausula 5ª, ao cidadão Sr. Luís Martins, com respeito pelo nº 2 da Clausula 3ª, ambos do Capítulo II do Regulamento de Atribuição de Títulos, Condecorações e Votos;**

No terceiro ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. DR. Raul Martins, deu a palavra ao Sr. Provedor, Prof. José Dias Coimbra, para que desse nota da proposta em apreço e relativa à atribuição do título de Benfeitor ao Sr. Luís Martins.

No uso da palavra o Provedor considerou que, “este gesto correspondia ao reconhecimento de várias benemerências realizadas a favor da Instituição pelo Sr. Luís Martins, o qual tenha sido acolhido na Instituição, conjuntamente com a sua família, esposa e filha”.

Salientou ainda, “que a filha é portadora de uma deficiência profunda, que a impede de desenvolver, com autonomia plena, a sua vida diária, tendo a Instituição sido sensível a esta problemática, designadamente o Diretor Geral que, fruto da sua experiência na área da deficiência, sensibilizou a Mesa Administrativa para o respetivo acolhimento, tendo em vista não se verificar a separação deste agregado.”

Assim, de acordo com o mesmo responsável, “depois de algumas melhorias nos espaços, nomeadamente nos quartos, foi possível manter esta família unida e com o devido apoio, sendo que, e ainda em vida, não quis o Sr. Luís Martins deixar de reconhecer a forma como sempre foi tratado, bem como a sua família, razões que levaram a Mesa Administrativa a propor a atribuição do título de Benfeitor a este cidadão”.

Feita esta introdução, o Provedor procedeu à leitura da proposta, a qual foi previamente disponibilizada aos irmãos, e que a seguir se transcreve.

## **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE TÍTULO DE BENFEITOR**

Nos termos do nº 2 da Clausula 5ª e com respeito pelo nº 3 da Clausula 3ª, ambos do Regulamento de Atribuição de Títulos, Condecorações e Votos da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, vem a Mesa Administrativa propor que seja conferido o título de Benfeitor ao cidadão Luís Martins, ex-utente da Santa Casa da Misericórdia de Arganil e recentemente falecido, em virtude deste ter realizado, em vida, benemerência a favor desta Instituição, através de donativo em dinheiro, destinado ao funcionamento da Misericórdia.

A presente proposta é também reforçada pelo facto de que, e após o seu óbito, ter tido esta Instituição conhecimento do respetivo testamento, que considera a Misericórdia de Arganil como legítima herdeira, à morte do último elemento do agregado, composto por sua esposa Maria de Lourdes Moura Reis Martins, e filha Ana Cristina Moura Reis Martins, também residentes na ERPI desta Santa Casa da Misericórdia

de Arganil.

Assim, não poderia a Instituição ficar alheia a este gesto de reconhecimento que o cidadão Luís Martins preconizou para com a Santa Casa, motivo pelo qual, deverá a sua memória ficar nos registos da existência desta tricentenária Instituição.

Pela Mesa Administrativa,

O Provedor,

(Prof. José Dias Coimbra)

Lida e apresentada a proposta de atribuição de título de Benfeitor ao Sr. Luís Martins, e colocada a votação em minuta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, foi a mesma aprovada por unanimidade e aclamação, devendo proceder-se ao inscrito no regulamento de Atribuição de Títulos, Condecorações e Votos para estas situações, incluindo-se a colocação de foto no Salão Nobre da Instituição.

**4. Deliberação sobre ratificação da escritura de doação à Instituição do artigo n.º3665 da União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, registada na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o n.º706, sito na Freguesia de Alferrarede, concelho de Abrantes;**

No âmbito da discussão do quarto ponto da ordem de trabalhos, e após os esclarecimentos necessários ao enquadramento da escritura de doação referente ao artigo n.º 3665 da União de Freguesias de Abrantes, e não se tendo registado qualquer pedido de intervenção, foi a mesma colocada a votação e em minuta pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo sido aprovada, por unanimidade, a ratificação da escritura de doação à Instituição do artigo n.º3665 da União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, registada na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o n.º706, sito na Freguesia de Alferrarede, concelho de Abrantes.

**5. Informações e outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral.**

No último ponto da ordem de trabalhos pediu a palavra o Presidente do Conselho Fiscal / Definitório, Prof. Dr. António Pires de Carvalho, para realçar a importância da “memória”, saudando a iniciativa da Misericórdia em promover a existência do Largo da Memória na Mata das Misericórdias, recordando as quatro figuras referidas pelo Sr. Provedor no início da Assembleia, designadamente o Sr. Alberto Cruz.

Nesse sentido, não quis deixar de dar nota do mérito da iniciativa, salientando que “o Alberto Cruz ficou órfão muito cedo, pela morte do pai, tendo sido criado pelos irmãos”.

De igual modo realçou que, “Alberto Cruz é filho de uma irmã de Albano Pires e do padre Adelino, tendo o meu pai sido um segundo pai também para ele, sendo pois, de inteira justiça, a homenagem que se pretende realizar.”

Por seu turno, Silas das Neves Correia, Secretário da Mesa da Assembleia Geral, pediu a palavra para referir que, “Alberto Cruz foi um homem empreendedor e que a autarquia sempre se esqueceu de preservar, atribuindo um nome de uma rua.”

O Sr. Provedor, Prof. José Dias Coimbra, no uso da palavra, não deixou de se congratular pelo facto dos irmãos anteriores terem considerado louvável a iniciativa da criação do Largo da Memória, o que revela

bem, a importância da preservação da nossa história.

Por outro lado, aproveitou o momento para recordar o período Pascal que se aproxima, sendo que a Misericórdia voltará a participar na Semana Santa de Braga, a convite da congénere local.

Solicitou ainda, “um voto de louvor, na pessoa do Sr. Diretor Geral e agora também Mesário, aos trabalhadores da Misericórdia de Arganil, pela capacidade, disponibilidade e dedicação que, na sua generalidade, têm demonstrado para com a Santa Casa e os seus utentes.”

Acrescentou, que “nos tempos que se avizinham a estabilidade interna será fundamental, devendo todos terem a noção das suas responsabilidades para com a Misericórdia, pelo que, esta proposta não é só um sinal de reconhecimento e agradecimento, mas também de estímulo e responsabilização, na medida em que a Santa Casa está acima dos interesses individuais, existindo para um interesse coletivo e de salvaguarda do bem comum.”

Colocada em votação e em minuta a referida proposta de voto de louvor, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, foi o mesmo aprovado por unanimidade e aclamação.

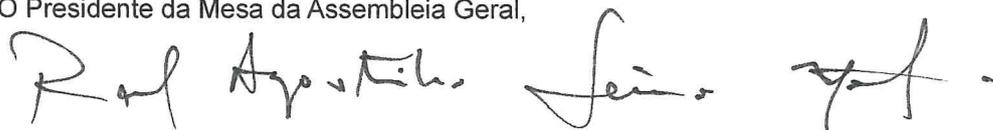
Seguiu-se a intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Dr. Raúl Martins, propondo, “uma vez que todos os pontos da ordem de trabalhos foram devidamente discutidos e aprovados, por unanimidade e em minuta, um voto de confiança à Mesa da Assembleia Geral para aprovação da ata da presente reunião, nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso da Misericórdia de Arganil, entrando de imediato em vigor as respetivas deliberações”.

Colocada a votação esta última proposta do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, foi a mesma aprovada por unanimidade pelos irmãos que compunham a Assembleia Geral, tendo sido aprovado um voto de confiança para aprovação da ata, nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso da Instituição.

Votada esta proposta, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Dr. Raúl Martins, referiu estar “amplamente satisfeito pelo decurso dos trabalhos, com a eficiência e atenção dada pelos irmãos nos assuntos discutidos”, agradecendo a presença dos mesmos e “enaltecendo a Senhora das Misericórdias, invocada no início dos trabalhos e que, agora já concluídos, nos guiou, iluminou e aconselhou”. Aproveitou a ocasião para “desejar a todos uma Santa Páscoa”.

Não havendo mais nenhuma intervenção dos irmãos presentes, nem mais nenhum assunto a ser tratado, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Raúl Martins, deu por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas, tendo sido redigida a presente ata, aprovada nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso /estatuto da Santa Casa da Misericórdia de Arganil.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



O Vice-presidente;



O Secretário;

